

O outro lado da verdade: imagens do racismo em *Cadernos de memórias coloniais*

Danielle Gomes Mendes
Universidade Federal do Maranhão

Gabriel Vidinha Corrêa
Universidade Federal do Maranhão/Instituto Federal Baiano

Márcia Manir Miguel Feitosa
Universidade Federal do Maranhão

Resumo

A experiência em África tem sido tema recorrente na mais recente produção literária de língua portuguesa, sobretudo nas obras lusitanas e africanas. Alguns autores têm rompido o silêncio e desnudado as verdades por trás da ação colonizadora europeia; neste caso, os últimos anos do Império português. É nesse contexto que a obra *Cadernos de memórias coloniais* (2019), de Isabela Figueiredo, é ambientada. O enredo traz à baila a realidade perpetrada na sociedade colonial, principalmente a relação entre colonos e negros colonizados impregnada de racismo e opressão. Diante disso, esse trabalho investiga as imagens do racismo na referente obra e como as ideologias segregacionistas europeias foram as principais precursoras do preconceito racial que vigora até hoje tanto na sociedade portuguesa, quanto em todo o contexto mundial. Por conseguinte, este trabalho estabelece um diálogo interdisciplinar em que a literatura versa sobre os pressupostos da teoria **pós-colonial**, a história e os estudos culturais. Entre os autores estudados, destacam-se os apontamentos de Frantz Fanon, Edward Said, Kabenguele Munanga, Thomas Bonnici.

Palavras-chave: racismo; colonialismo; *Cadernos de memórias coloniais*; Isabela Figueiredo.

Abstract

Experience in Africa has been a recurring theme in the most recent Portuguese language literary production, especially in Lusitanian and African works. Some authors have broken the silence and stripped the truths behind the European colonizing action, in this case, the last years of the Portuguese Empire. It is in this context that Isabela Figueiredo's book *Cadernos de memórias coloniais* (2019) is set. The plot brings up the reality perpetrated in colonial society, especially the relationship between colonists and colonized blacks steeped in racism and oppression. Given this, this work investigates the images of racism in the referent work and how the European segregationist ideologies were the main precursors of racial prejudice that still prevails today both in Portuguese society and in the entire world context. Therefore, this paper establishes an interdisciplinary dialogue in which literature dialogues with assumptions of postcolonial theory, history and cultural studies. Among the authors used are Frantz Fanon, Edward Said, Kabenguele Munanga, Thomas Bonnici.

Keywords: racism; colonialism; *Cadernos de memórias coloniais*; Isabela Figueiredo.

Recebido em: 20/11/2019

Aprovado em: 21/08/2020

Ela não sabia quem era nem onde estava. A sua memória tinha ficado no Império como uma renda esgarçada a um alfinete.
Djaimilia Pereira de Almeida. *Luanda, Lisboa, Paraíso.*

Caderno de memórias coloniais, publicado em 2009 em Portugal e em 2018 no Brasil, é uma obra da moçambicana Isabela Figueiredo que mergulha nas memórias e se materializa na ficção para trazer à tona as experiências vividas no colonialismo português em África, mais precisamente em Moçambique. Inscreve-se, pois, nessa obra a violência da ação colonizadora portuguesa, haja vista as marcas do racismo, da discriminação e outras formas de preconceito sobre a raça, aquela não humana do negro, na visão do colonizador.

Assim, Isabela escritora dá lugar à Isabela personagem sob uma voz que vai contra os ideais colonialistas, pois o silenciamento que sempre esteve presente e não podia ser rompido nas páginas do *Caderno de memórias coloniais* (2019) é desnudado em outros olhares, diferentes da narrativa hegemônica. É, portanto, pela arte literária que esta realidade é estabelecida, pois a literatura, como observa as predicções de Massaud Moisés (2012, p. 28), “[...] constitui uma forma de conhecer o mundo e os seres humanos: convicta de ser acionada por uma ‘missão’, ela colabora para o desvendamento daquilo que todos nós, conscientemente ou não, perseguimos durante a existência”.

Caderno de memórias coloniais (2019) narra as experiências da menina Isabela que viveu certo período da colonização portuguesa em Moçambique, cingida por um lugar de opressão em muitos âmbitos. Isabela presencia o dia a dia da cidade de Lourenço Marques (atual Maputo), sempre enquanto espectadora, apesar de não ser negra, mas inserir-se em outra subalternidade lhe é marcada: ser mulher.

A figura do pai reverbera a própria colonização, vivendo aos modos patriarcais, Isabela passa muito tempo sozinha em casa, ou escutando as conversas do pai, uma vez que não lhe era permitido brincar com outras crianças, sobretudo as negras. Vivendo todos uma vida “remediada”, o pai eletricitista era quem regia a casa, à custa dos empregados negros em quem incutia o seu poder português. Muito embora, quando da Revolução dos Cravos em abril de 1974, a ditadura salazarista é derrubada e, logo em seguida, os colonizados ascendem e conquistam a independência em Moçambique, fato que faz os pais enviarem Isabela para Portugal, pois, segundo eles, Lourenço Marques não era mais uma cidade para se viver.

É nesse contexto que a narradora expõe suas impressões sobre tudo o que foi vivido em Moçambique e em Portugal, para desvelar assim a composição da cultura e do discurso português sobre a colonização em África e, por conseguinte, sobre as formas de preconceito que sempre circularam a metrópole e a colônia.

Este livro figura um acerto de contas a uma verdade sempre evitada e amarga, tanto para os portugueses que viveram em África, mas tiveram que retornar, quanto para os nativos

africanos colonizados. Sobretudo essa obra dá azo às problemáticas da colônia, no que diz respeito ao racismo preeminente do colono sobre o negro africano.

Segundo Simone Pereira Schmidt no artigo intitulado “Uma viagem longa demais, um retorno devastador” (2016), depois de um tempo considerado da independência dos países africanos, Isabela Figueiredo traz uma revisitação do tema, dando voz na narrativa a uma personagem filha de ex-colono, que verbaliza um mundo percebido:

Em Caderno de memórias coloniais, protagonista e narradora ora se misturam, ora se distanciam da figura da autora, realizando um jogo de deslizamentos para dentro e fora do gênero autobiográfico. Na narração em primeira pessoa, encontramos uma voz que procura desvendar, por detrás da percepção da menina que viveu os episódios relatados, aquilo que somente a compreensão adulta pode, *par derrière*, tornar visível (SCHMIDT, 2016, p. 122, grifos da autora).

Nossa análise empreende compreender as marcas do racismo português sobre os africanos, a partir da narrativa que Isabela tece sobre as experiências em Lourenço Marques com o pai, figura que descortina todo o colonialismo e o discurso de ódio que funciona como uma alegoria maior do colonialismo. Para tanto, utilizaremos o recorte teórico dos estudos pós-coloniais e dos estudos que versam sobre raça e racismo, a fim de refletirmos sobre o fenômeno em questão. Como principais autores para essa abordagem recorreremos aos estudos de Said (1995), Bonnici e Zolin (2009), Munanga (1988), Fanon (1968; 2008), entre outros.

Imagens do racismo colonial

O desejo de conhecer o mundo à sua volta, despertado por um espírito destemido e ambicioso, levaram os portugueses a serem os pioneiros a desbravar o altos-mares. Como resultado disso, descobriram novas rotas que facilitaram o comércio e, sobretudo, conquistaram novos territórios. “Portugal foi, portanto, a primeira nação europeia a acessar esse lucrativo mercado por via marítima” (MARRIOT, 2015, p. 54).

Motivados pelo pensamento imperialista, na forma do colonialismo, o progresso econômico europeu foi resultado da implantação de colônias de exploração em terras longínquas, uma vez que “as colônias foram imediatamente percebidas como fonte de matérias-primas que sustentariam por um longo tempo o poder central da metrópole” (BONNICI; ZOLIN, 2009, p. 262). Para além da exploração territorial física, a hegemonia europeia esfacelou culturas e sociedades (algumas já estabelecidas), comercializou e açoitou nativos e, principalmente, impôs sua cultura sobre os demais povos.

A costa africana foi o primeiro território explorado por Portugal e fortemente atingido pela ação colonizadora das demais potências europeias. Se consultado o mapa-múndi às vésperas

da Primeira Grande Guerra, será possível perceber que uma parte significativa da África estava sob o domínio dos grandes impérios europeus.

O século XX ainda presenciou o colonialismo de forma vigente. Apesar da maioria das ex-colônias já estarem em condição de emancipação política, algumas partes da África se encontravam sob o domínio europeu, porque a independência das últimas colônias portuguesas aconteceu somente em 1975 após várias ondas de revoluções e guerras nacionais. Por conseguinte, Portugal foi o primeiro a chegar e o último a sair das terras africanas.

Mesmo após o fim do colonialismo político, sua forma ideológica permaneceu e continuou se perpetuando por meio de ideologias segregacionistas herdadas do pensamento colonialista e imperialista. A despeito disso, Edward Said (1995, p. 30) aponta:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais.

A Europa como centro do mundo e detentora do poder, tinha como ensejo moldar as sociedades à sua imagem e semelhança. Essas modulações se deram, principalmente, por meio da violência e de ideologias segregacionistas. A sociedade foi convencida de que a colonização era uma ação nobre em sua essência que visava à civilização dos nativos. Na visão eurocêntrica, os colonizadores estavam incumbidos de salvar os autóctones da “selvageria”, ignorância e atraso cultural.

Entretanto, o grande projeto colonizador se estruturava diante da premissa de que um *centro*, detentor do poder, produzia sua *periferia* — constituída pelo *outro*. Bonnici e Zolin (2009, p. 264) explicam que as nações europeias “puseram em prática o conceito polarizador ‘nós-eles’ [...]”; a partir dessa perspectiva, os colonizadores *outremizaram* os nativos. Quanto a esse conceito, Gayatri Spivak (2010) pontua que o processo de *outremização* implica três modalidades: a exploração do território geográfico fora dos liames territoriais europeus; a estereotipização do nativo quando caracterizado como preguiçoso, selvagem, pérfido etc. e o polarizador entre o europeu (nós) e o nativo (eles/outro). O povo negro experimentou a outremização em todos esses aspectos elencados.

O antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga (1988, p. 12) explica que “toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade. Tratava-se de um discurso monopolista, da razão, da virtude, da verdade, do ser etc.”.

Com o surgimento do fator “raça” em meados do século XVI, passou-se a pensar a raça humana de diferentes formas. Criaram-se categorias para aqueles que se distinguiam fenotipicamente dos padrões físicos eurocêntricos. Os europeus convenceram a sociedade à época que os povos não brancos estavam destinados apenas a servir e desempenhar atividades braçais. Esses conceitos foram reforçados — erroneamente — mais tarde com o surgimento das teorias darwinistas, que defendiam a ideia de uma hierarquia racial, na qual um povo mais forte deveria dominar os ditos mais fracos. Bonnici e Zolin (2009, p. 275) acentuam que

A trajetória imperialista, baseada num conceito espúrio da filosofia e da ciência, a partir do século XVII, infestou o termo e produziu o racismo atual. As “raças” não-europeias foram estigmatizadas como em vários estágios de civilização para que pudessem servir aos empreendimentos das metrópoles. A partir do Iluminismo, a razão e a civilização tornaram-se sinônimos à “raça branca” e ao norte da Europa, enquanto o primitivismo e a selvageria foram alocados às “raças não-brancas”, geograficamente postas fora da Europa.

Esse conceito de raça superior foi o principal responsável pelo estigma dos afrodescendentes. A objetificação dos negros foi justificada a partir da apropriação do discurso científico, filosófico e, por vezes, religioso. Os europeus fortaleceram a ideia de que a cor da pele estava ligada a uma predestinação amaldiçoada e sob eles estavam a missão de salvar o povo negro por meio da escravidão e a catequização. Munanga (1988, p. 15) afirma:

Tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma, [...] a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. [...] A única possibilidade de “salvar” esse povo tão corrupto era a escravidão. Muitos utilizaram-se de tal argumento para defender e justificar essa instituição.

A impregnação e fortalecimento dessas ideologias estruturaram o pensamento racista que vigora até a atualidade. Por mais de 450 anos, acreditou-se que ser um cidadão civilizado estava ligado às origens, neste caso, à etnia e à cultura eurocêntrica. Para ser considerado um indivíduo partícipe de uma sociedade, deveria ser homem, branco e oriundo de nações colonizadoras, pois elas eram a expressão do poder.

Vale ressaltar que o colonialismo expressava de forma contundente o patriarcado, as mulheres eram consideradas uma exceção da sociedade e quando negra se encontravam em uma condição de dupla subalternidade por causa do sexo e da cor. Como conclui Rachel Du Plessis (1985), uma mulher da colônia é a própria metáfora da mulher como colônia, isto é, marginalizada e destituída de qualquer direito humano fundamental. Assim sendo, esses pensamentos hegemônicos reverberaram mesmo após o fim da colonização.

Durante o movimento de descolonização, os resíduos colonialistas e imperialistas pareciam permanecer de forma latente entre as sociedades. A emancipação política não exterminou imediatamente as forças ideológicas segregacionistas implantadas pelos pensamentos colonialistas e imperialistas. Frantz Fanon (1968, p. 25-26) acentua que

A descolonização é sempre um fenômeno violento [...] a descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A Descolonização, sabemo-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se fez discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo.

Tal assertiva nos leva a refletir sobre a profundidade das cicatrizes deixadas pela opressão europeia, pois mesmo quando emancipados politicamente, os negros continuaram a experimentar a colonização ideológica. Em concordância, Bonnici e Zolin afirmam:

Enganam-se aqueles que pensam que a declaração de independência política produz, por si, a *descolonização da mente* [...]. Ao contrário do que muita gente pensa, a descolonização é um processo complexo e contínuo e não ocorre automaticamente após a independência política. Após a independência política das colônias, há resquícios poderosos, sempre latentes, das forças culturais e institucionais que sustentavam o poder colonial (2009, p. 272, grifos dos autores).

O continente negro foi um dos primeiros a ser explorado e o último a experimentar a independência. Em meados do século XX, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau ainda eram propriedades do império colonial português. Essas receberam um grande fluxo de imigrantes portugueses na década de 1950. Decididos a fugir da miséria da metrópole, estabeleceram-se na colônia em busca de melhores oportunidades.

Por volta do ano de 1970 iniciaram as manifestações dos movimentos de libertação nacional nas, ainda, colônias. Portugal enviou seus soldados e a guerra se estendeu pelos cinco anos posteriores. Mesmo com a morte de Oliveira Salazar, líder político, o regime totalitário continuou no poder e defendia a permanência das colônias. Entretanto, com o apoio do público internacional e a forte luta da juventude africana, em 1975, o *Movimento dos Jovens Oficiais* derrotou os remanescentes do exército salazarista e conquistou sua independência.

Por outro lado, os portugueses que já haviam se estabelecido na África tiveram que retornar à metrópole, abandonando todas as conquistas de longos anos na colônia. Embora muitos tenham construído família, patrimônio e até determinado afeto pelas terras africanas, a subjugação, o racismo e subalternidade sempre fizeram parte da relação entre portugueses e nativos. O colonialismo em sua modalidade violenta continuava a fazer parte do cotidiano daquela sociedade.

Desde o retorno dos colonos portugueses às terras europeias houve um prolongado silêncio após o processo de descolonização. Entretanto, nos últimos anos a recente produção literária, sobretudo de Língua Portuguesa, tem elegido o colonialismo português como um tema recorrente, resgatando a experiência em África. Dentre essas podemos citar algumas obras de literatura portuguesa: *O esplendor de Portugal* (2007), de António Lobo Antunes; *O senhor das ilhas* (1994), de Maria Isabel Barreno; *A árvore das palavras* (1997), de Teolinda Gersão; *Caderno de memórias coloniais* (2019), de Isabela Figueiredo. Esses autores elegem como protagonistas de suas composições portuguesas estabelecidos na colônia ou na condição de retornados. Seus enredos rememoram um passado colonial ainda considerado recente, para alguns um passado de esplendor, para outros de degradação e violência.

Em *Caderno de memórias coloniais* (2019), protagonizado por uma menina nascida na colônia de Lourenço Marques (hoje Maputo), em Moçambique, e filha de um colono português, há uma reverberação quanto à experiência em África mostrando a relação entre colonos e colonizados impregnada por preconceitos e subjugação, mostrando que o racismo depois de mais de quatro séculos continuava tão vivo quanto antes na mente e comportamento do colonizador, como veremos na análise a seguir.

O outro lado da verdade colonial

Nas “Palavras prévias” (FIGUEIREDO, 2019, p. 7) que precedem o enredo de *Cadernos de memórias coloniais* (2019), deparamos com algumas inquietudes da autora sobre a intriga colonial que permeia sua obra. Isabela Figueiredo (2019, p. 9) confessa que “não havia com quem falar sobre essas coisas que me interpelavam, nomeadamente as que juntavam e separavam um ser humano de outro. Não existia essa linguagem nem discurso. Ninguém era capaz de me explicar”. O rompimento desse silêncio materializa a narrativa e somos levados à colônia de Lourenço Marques, em Moçambique, África, onde o racismo continuava a ditar o relacionamento entre colonizador e colonizado.

É a voz da menina Isabela que nos conta o cotidiano de sua terra natal. De forma escrachada, sem fortes eufemismos, ela nos revela a realidade da colônia e mostra como foi sobreviver ao turbulento período que antecedeu a derrocada do Império português em África. Para além dos triviais conflitos (familiares, da descoberta da sexualidade, do amor etc.) de uma criança em desenvolvimento, a menina traz em si questões incompreendidas sobre a diferença desvelada entre negros e brancos. Diferenças essas extremamente marcadas e fortalecidas por seu pai:

O meu pai a quem coube a missão de eletrificar a Lourenço Marques desse tempo, nunca quis empregados brancos, porque teria de lhes pagar os olhos da cara. [...] porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de eletricidade pelas paredes [...] não tinha a mesma força besta, resistência e mansidão; um branco servia para chefe, para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nada (FIGUEIREDO, 2019, p. 42-43).

As convicções do pai de Isabela não demonstram apenas a visão de mundo de um homem racista vivendo em um contexto igualmente racista, mas revelam o triste panorama segregacionista que permeava a sociedade havia mais de quatro séculos e continuava a ser perpetuado. Em outro momento, a menina mais uma vez explica:

Um branco e um preto não eram apenas de raças diferentes. A distância entre brancos e negros era equivalente à que existe entre diferentes espécies. Eles eram pretos, animais. Nós éramos brancos, pessoas, seres racionais. Eles trabalhavam para o presente, para a aguardente-de-cana do “dia de hoje”; nós, para poder pagar a melhor urna, a melhor cerimônia no dia do nosso funeral (FIGUEIREDO, 2019, p. 59).

Essa declaração nos lembra, sobremaneira, os pressupostos que nortearam o grande projeto colonialista. O conceito polarizador “nós-eles” tão presentes no discurso europeu como fator de diferenciação e superioridade é igualmente utilizado pela menina para explicar a “inferioridade” cultural e intelectual dos negros de Lourenço Marques. Said (1995, p. 3) afirma que

O que há de marcante nesses discursos são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do “Oriente misterioso”, os estereótipos sobre “o espírito africano” (ou indiano, irlandês, jamaicano, chinês), as ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos, a noção incomodamente familiar de que se fazia necessário o açoitamento, a morte ou um longo castigo quando “eles” se comportavam mal ou se rebelavam, porque em geral o que “eles” melhor entendiam era a força ou a violência; “eles” não eram como “nós”, e por isso deviam ser dominados.

A descaracterização da personalidade moral e das aptidões dos africanos, retratada na obra, nos remete à mentalidade herdada dos escopos colonialistas que reforçam o binômio senhor-escravo. Os apontamentos de Said (1995) coadunam-se com Munanga (1988, p. 21):

A desvalorização do negro colonizado não se limitará apenas a esse racismo doutrinal, transparente, congelado em idéias, à primeira vista quase sem paixão. Além da teoria existe a prática, pois o colonialista é um homem de ação que tira partido da experiência. Vive-se o preconceito cotidianamente.

Tal qual acentua Munanga (1988), as concepções do pai de Isabela não expressam apenas a opinião de um indivíduo de determinada época, mas um complexo conjunto de práticas, comportamentos imbuídos de mecanismos indiretos de opressão que se manifestam em preconceitos concebidos. Percebemos no trecho supramencionado que aos brancos é dada a preeminência sobre os nativos africanos enquanto aos negros não é atribuído nenhum posto de direção senão a função de obedecer. A estes também são imputados estereótipos que os impregnaram como verdadeiros estigmas:

O que se dizia à mesa era que o sacana do preto não gostava de trabalhar, ganhava o suficiente para comer e beber na semana seguinte, sobretudo beber, depois, ficava pela palhota estiraçado no pulguedo da esteira, a fermentar aguardente de caju e de cana [...] (FIGUEIREDO, 2019, p. 43).

O mito do negro preguiçoso foi legitimado na sociedade colonial, mesmo essa imagem sendo diariamente refutada com o exacerbado trabalho braçal exercido pelos africanos. Munanga (1988, p 22) explica:

O colonizador legitima seu privilégio pelo trabalho e justifica a nulidade do colonizado pelo ócio. No retrato constará uma inacreditável preguiça, ao contrário do colonizador, que tem um gosto virtuoso pela ação. Este último sugere que o trabalho do colonizado é pouco rentável, o que autoriza os salários insignificantes e a exploração. [...] o mito do negro preguiçoso não é real [...].

Essas inscrições preconceituosas na imagem do nativo africano reverberam a invenção que os colonizadores faziam do colonizado, como acentua Fanon (1968, p. 23, grifos do autor), “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. É o colono que *fêz e continua* a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, os seus bens, do sistema colonial”. Por meio desses artifícios discriminatórios, o retrato do negro é degenerado, atestando, enfim, a imagem mítica do nativo construída pelo colonialismo.

Ao que segue à narrativa, Isabela nos faz confissões longe da interlocução do pai. A memória trazida à baila, nesse momento, demonstra sua percepção ainda não totalmente incutida dos mesmos preconceitos de seu pai:

Quem, numa manhã qualquer, olhou sem filtro, sem defesa ou ataque, os olhos dos negros, enquanto furavam as paredes cruas dos prédios dos brancos, não esquece esse silêncio, esse frio fervente de ódio e miséria suja, dependência e submissão. sobrevivência e conspurcação. Não havia olhos inocentes (FIGUEIREDO, 2019, p. 46).

As reflexões da narradora — diferentemente das de seu pai — dão aos trabalhadores negros alguma humanidade. Os sentimentos de fúria, ódio, indignação, observados pela menina, atestam a revolta desses homens com a vida precária que levam subjugados da própria história, destituídos de qualquer humanidade, seus direitos vitais constantemente negados em virtude de uma ordem maior que afirma que “o negro estava abaixo de tudo” (FIGUEREIDO, 2019, p. 43).

Munanga (1988) e Fanon (1968) pontuam que essa manifestação mordaz do negro quanto aos sentimentos de revolta e indignação, bem como a recusa ao trabalho, expressam formas de resistência à opressão a que constantemente estavam submetidos, eram armas silenciosas utilizadas “em uma revolta passiva” (MUNANGA, 1988, p. 22).

Em *Cadernos de memórias coloniais* (2019), se os homens negros estão em condição de subalternidade, a mulher negra se encontra duplamente deslocada. O corpo da africana funciona como um receptáculo de prazeres carnavais do homem branco.

Os homens iam às pretas. As pretas eram todas iguais [...] as pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada. [...] Que diferença havia entre uma negra e uma coelha? Que branco perfilhava filhos a uma negra? [...] uma negra não reclamava a paternidade (FIGUEIREDO, 2019, p. 34-35).

Podemos perceber mais um estereótipo estabelecido, dessa vez quanto ao corpo da mulher negra; neste contexto, é objetificado em favor dos regozijos do colono. O trecho não menciona a singularidade de cada uma, apenas “as negras são todas iguais” (p. 34), isto é, são afundadas em uma coletividade sem nomes, como se fossem todas as mesmas. Semelhante ao homem negro, a mulher da colônia é destituída de todo direito vital reconhecido a qualquer humano. Contudo, sua condição se torna ainda mais grave, pois tanto é subjugada por causa da etnia, quanto por seu sexo. Por fim, não podem reclamar sequer a paternidade dos filhos, pois “ninguém lhe[s] daria crédito” (FIGUEIREDO, 2019, p. 35).

O racismo que norteava as relações na África portuguesa se manifestava constantemente no cotidiano da colônia. Os lugares de negros e brancos estavam havia muito demarcados. A cor da pele, as origens, a etnia, determinavam quais lugares, quer físicos quer simbólicos, colonos e nativos poderiam ocupar. As diferenças eclodiam em qualquer espaço. Tais assertivas podem ser constatadas na obra, quando Isabela conta um passeio ao cinema:

Ao domingo à tarde íamos ao cinema. [...] alguns negros iam ao cinema. Calçavam-se e vestiam roupa europeia remendada ou de imitação, costurada no caniço. [...] Não estava escrito em lado algum que os negros não tinham acesso normal à plateia ou balcão, mas raramente os vi ocupar essas zonas. Havia entendimento tácito, não um acordo: os negros sabiam que lhes cabia sentarem-se à frente, nos bancos de pau: os brancos esperavam que a pretalhada se juntasse aí [...], mas devidamente sentados nos bancos que lhes pertenciam (FIGUEIREDO, 2019, p. 71-72).

Por meio da descrição da menina percebemos que os lugares determinados às pessoas negras, no cinema, podem ser considerados a metáfora da própria condição de exclusão em que se encontravam na colônia. Embora dividindo o mesmo espaço que os brancos, os negros não poderiam ocupar qualquer lugar, os seus já estavam reservados, conseqüentemente, os piores, assim como os do cinema.

Para além de fortalecer as ideologias segregacionistas que estruturam o colonialismo. Esse racismo não é apenas doutrinal, não apenas reforça ideias estabelecidas sobre a simbologia da cor atrelada à inferioridade; é, pois, uma experiência, um comportamento que se manifesta

na prática cotidiana. Por mais que o colonizado se esforce, dificilmente ele terá um lugar reconhecido. No drama colonial, os lugares já estão postos e ocupados: o branco é destinado ao poder, possui o controle, a cidadania, já aos negros imputa-se a subalternidade, alienação, infantilidade. São destituídos do direito de pertencer a si próprios e a sua própria terra.

A busca dos africanos pelo domínio do próprio território é retratada na obra de Figueiredo (2019) de forma muito peculiar. Isabela revela de que forma esse momento de ruptura atingiu as estruturas mais sólidas do poder português. Por meio de suas lembranças, finalmente é revelado o hiato que por tempos marcou a história dos retornados portugueses.

Assim sendo, com a forte convicção de que a colonização portuguesa era um favor ao povo moçambicano, os colonos entram em grande conflito quando da Revolução dos Cravos na metrópole, o que fortalece a manifestação do povo em Lourenço Marques na figura da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) com vista à independência política. Na tentativa de continuar com a detenção do poder frente a esses conflitos, a narradora descreve: “Percebi que os colonos desejavam a independência, mas sob poder do branco” (FIGUEIREDO, 2019, p. 97), o que se coaduna com as predições de Fanon (2008, p. 94) acerca da colonização europeia, pois “[...] o branco obedece a um complexo de autoridade, a um complexo de chefe”. Essas marcas reverberam, portanto, em como o racismo se estrutura no pensamento colonial.

É percebido também que esse complexo de autoridade exclui a formação cultural de um povo, haja vista que, negadas as particularidades dos moçambicanos, o discurso de superioridade é reafirmado, a partir do que Munanga (1988) categoriza como razão e virtude, por exemplo, que compõe a visão do colono. Esses aspectos são compreendidos, na obra, a partir do momento em que o pai de Isabela a orienta sobre como estabelecer o seu discurso no que diz respeito à experiência dos movimentos de independência: “Diz que eles hão de matar uns aos outros. Que não querem trabalhar e morrerão de fome. Que a África sem brancos está condenada. Vão chorar e clamar por nós!” (FIGUEIREDO, 2019, p. 128). Essa passagem concentra a visão de que os colonizados não são nada sem a presença do colonizador, que controla e subjuga a colônia e quem nela vive.

Em direção oposta ao movimento de independência, o colonizador imbuído da perspectiva da outremização, intenta subverter a natureza das lutas para continuar a naturalização da raça branca superior, mesmo depois dos acordos políticos que circulavam a independência:

Meu pai acreditava num movimento de brancos, num outro movimento de brancos, após o 7 de setembro. Um que havia de vencer mesmo [...]. Havia que expulsar o poder negro da cidade, e remetê-lo ao mato, de onde tinha vindo, onde pertencia, e domesticá-lo ou chaciná-lo. Um ou outro, conforme fosse merecido. Uma África de brancos, sim, uma África branca, repetiamo-lo (FIGUEIREDO, 2019, p. 120).

É trazido à tona, portanto, a ideia do negro bestial. Essa ideia funciona mais uma vez como um método de controle; portanto, a saída seria da subjugação até a morte, com o

propósito de elevar a África branca, pois prevalece no imaginário autoritário a “magia negra, mentalidade primitiva, animismo, erotismo sexual [...] Tudo isso caracteriza os povos que não acompanham a evolução da humanidade” (FANON, 2008, p. 116), ou seja, a condição humana é posta em violação.

Se por um lado os ideais gritantes de controle se fragmentavam devido às lutas em favor da independência visto em “nunca mais vi os pretos do meu pai” (FIGUEIREDO, 2019, p. 120), pois esses já não aceitavam sua condição de colonizado animal; por outro lado, o racismo já havia se estruturado nas relações sociais. Esse fato é descortinado quando no pós-independência um professor negro assume as aulas de francês de uma escola:

Na escola, o professor de Francês era preto. *Il était du Sénégal. Noir. Le français au noir!* A História era dos reinados anteriores a Gungunhana, essa etnia, e as outras, que eram muitas. E das guerras que travavam. Os bantu, os shona, os do Monomotapa. Os nguni, depois os zulus. Os brancos riam-se. Aquilo era a história dos pretos! Os pretos julgavam que tinham história! “A história dos macacos!” (FIGUEIREDO, 2019, p. 121, grifos da autora).

Quanto a esse padrão preconceituoso e de ódio, a menina Isabela tinha medo da reação do pai em perceber que ela não se coadunava com o seu pensamento: “Tive medo do meu pai. Que me batesse com as manámulas, que me gritasse, que me dissesse, tu não és minha filha, porque minha filha não gosta de pretos, não acompanha com pretos, não sonha com pretos” (FIGUEIREDO, 2019, p. 145). Para a filha, também subalternizada por ser mulher e criança, não havia lugar para expressar seu pensamento anticolonialista e, portanto, carregou o peso da violência por muito tempo.

É importante observar na narrativa o momento em que os pais encaminham Isabela para Portugal, uma vez que, segundo eles, dado o contexto de emancipação de política de Moçambique, houve uma desestabilização dos modos remediados de viver. Antes, porém, responsabilizaram a menina de uma missão: narrar a sua verdade (colonial) no retorno. Carregavam em seu discurso um convencimento de superioridade que desqualificava o movimento de libertação, validando assim aspectos positivos da colonização em sua visão branca e colonialista: “Conta que prendem, torturam, matam sem olhar a quem; que não há comida, que tudo o que chega da ajuda internacional é para os grandes da FRELIMO, que não chega às lojas. Conta quantas horas estás na bicha do pão para chegares de saco vazio” (FIGUEIREDO, 2019, p. 113).

Essa situação é compreendida no cerne da fala de Fanon (2008, p. 90) pois “um branco, nas colônias, nunca se sentiu inferior ao que quer que seja”, afirmação que reverbera em outro acontecimento narrado por Isabela: a prisão do pai em Moçambique, que, não convencido que o colonização acabara, ainda age aos modos do colonizador: “Com ou sem independência, um preto era um preto e o meu pai foi colono até morrer” (FIGUEIREDO, 2019, p. 120).

Caminhando para as páginas finais do *Caderno*, a narradora situa sua voz de anticolonialista, que experienciou o preconceito e muitas outras formas da violência colonial: “Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora” (FIGUEIREDO, 2019, p. 132). Afirma ainda que o pai nunca a convenceu das vantagens do ódio e nunca agiu sob a perspectiva da outremização. “O meu pai não me arrancou ao que eu era nem ao que pensava; o meu pai não foi capaz de formar o meu pensamento. O meu pai não me dobou. Escapei-lhe” (FIGUEIREDO, 2019, p. 145). Assim,

A verdade era uma história muito longa e complexa, rica de narrativas encaixadas alternadas, simultâneas, polifônicas. O que meu pai pretendia que eu contasse era o caos em que se transforma a descolonização, a vida ameaçada a cada segundo, o risco físico, constante, real, de não saber se se conseguiria voltar a casa, depois de sair. O que ele queria que eu contasse era apenas uma parte de um gigantesco todo (FIGUEIREDO, 2019, p. 150).

A narradora advoga, portanto, não compartilhar das agressões que perduraram na colônia. Retornada a Portugal, percebia que o discurso se repetia também. Assim, acreditando na condição humana mesmo frente aos obstáculos que lhe foram impostos, em situação de desterro, de não pertencer nem a Maputo nem a Portugal, Isabela resiste e traz uma verdade que “ata-nos ao silêncio, à solidão, ao insolúvel desterro” (FIGUEIREDO, 2019, p. 167), e que, ainda, “esta história é sobre morte” (FIGUEIREDO, 2019, p. 168), morte que figura e viola a dignidade, o ser e, sobretudo, a liberdade.

Considerações finais

Como elucidada a autora, há no *Caderno de memórias coloniais* uma polifonia de sons do passado, que refletem como a violência colonial se instaurou no âmbito das vidas dos colonizados, subalternizando de diversas formas o negro e a negritude, muitas vezes beirando a condições inumanas. Percebemos nas páginas dessa obra que o racismo é uma herança da colonização europeia, que por muito tempo silenciou e esfacelou expressões sociais, culturais e artísticas dos povos oriundos de ex-colônias. Talvez por isso essas memórias ardem, corroem e incomodam, pois figuram no texto literário um discurso real de ódio que se manifesta sobre o outro: o nativo africano.

“Este livro é a cruz que carrego”, diz Isabela Figueiredo, pelo fato de ter nascido no contexto colonial e estar em constante crise com os ideais do pai colono, do colonialismo e, principalmente, em conflitos consigo mesma. Desse modo, a partir da narrativa, entendemos a figura do pai, que de modo mais amplo simboliza todo o colonialismo em suas principais características: homem, branco, patriarcal, com complexo de superioridade.

Percebemos que a obra se materializa nas formas pelas quais o racismo português se estrutura pelo discurso do colonizador, na linguagem utilizada, no controle do corpo, ou ainda no domínio da classe, o que faz emergir um povo superior em terras africanas, que mesmo no pós-independência continua a fomentar práticas de uma colonização ideológica, a exemplo do pai de Isabela, racista e colono até a morte.

Essa obra, portanto, adquire grande importância para refletirmos sobre as fraturas que escapam da história e do imaginário hegemônico e que é trazida de forma vívida em uma voz que anima ecos duros do passado, de forma a compreender as ideias tortuosas que perpassaram o domínio colonial. Portanto, essa é uma leitura que resiste.

Referências

- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). Teoria e crítica pós-colonialistas. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.
- DUPLESSIS, Rachel. *Writing beyond the ending: narrative strategies of the 20th century Women Writers*. Bloomington: Indiana, 1985.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Isabela. *Cadernos de memórias coloniais*. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2019.
- MARRIOT, Emma. *A história do mundo para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.
- MOISÉS, Massaud. *A criação literária: poesia e prosa*. São Paulo: Cultrix, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SCHMIDT, Simone Pereira. Uma viagem longa demais, um retorno devastador, *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, v. 8, n. 16, p. 119-135, jul. 2016.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Minicurrículos

Danielle Gomes Mendes é mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2018), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da UFMA. Integrante do grupo de estudos em Língua, Discurso e Literatura e do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura (GEPLIT/UFMA).

Gabriel Vidinha Corrêa é professor do Instituto Federal Baiano, Campus Valença. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA (bolsista CAPES), com graduação em Letras-Libras pela UFMA. Integrante do GEPLIT/UFMA.

Márcia Manir Miguel Feitosa é professora titular do Departamento de Letras da UFMA. Doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Estudos Comparatistas na Universidade de Lisboa. Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Docente permanente dos programas de mestrado em Letras e em Cultura e Sociedade da UFMA. Líder do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura (GEPLIT/UFMA).